

1ª ATA DE ESCLARECIMENTOS REFERENTES À CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL N. 05/2016

Objeto – CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO QUE INTEGRA O LOTE RODOVIA DOS CALÇADOS.

Pela presente, a Comissão Especial de Licitação constituída pela Portaria ARTESP n. 5, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 21/01/2017 e complementada pela Portaria ARTESP n. 11, publicada em 07/02/2017, leva ao conhecimento público as respostas aos Pedidos de Esclarecimentos sobre o Edital, recebidos no período entre 04/01/2017 e 08/03/2017, nos termos do disposto no subitem 4.1, “ii” do referido instrumento convocatório.

As formulações apresentadas, bem assim as respostas e esclarecimentos que se seguem, passam a integrar o processo licitatório em referência, sendo de observância obrigatória dos licitantes.

Por fim, todos os Pedidos de Esclarecimentos foram organizados por ordem cronológica. Vejamos:

Período de envio dos Pedidos de Esclarecimento: 04/01/2017 a 08/03/2017
Número de questões: Do 1º ao 12º Questionamento

1º Questionamento: *“Observei que o Edital e Contrato de Concessão das Rodovias dos Calçados apresenta divergências quanto ao Capital Social mínimo exigido para integralização da SPE: em alguns itens o valor exigido é de R\$ 552.697.713,00, com integralização mínima de R\$ 55.269.771,30 (como no Edital 19.2 e Contrato 26.3) e em outros os valores correspondem a R\$ 54.762.309,00 e R\$ 547.623.090,00 (Edital 13.39 ix e Cronograma de Integralização). Por gentileza, peço esclarecer qual o valor correto.”*

Ref.: Itens 13.39 (ix) e 19.2 do Edital, Cronograma de Integralização e Item 26.3. do Contrato.

RESPOSTA DA COMISSÃO: Os itens foram retificados conforme Aviso de Licitação da Concorrência Pública Internacional nº 05/2016, publicado em 10/03/2017 no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2º Questionamento: *“Com a finalidade de realizar um estudo de tráfego mais adequado e preciso, que melhor atenda aos interesses do Poder Concedente, solicitamos, a esta D. Comissão de Licitação, o envio de informações adicionais de tráfego, atinentes a todo período das concessões SPVias; Rodovias do Tiete; Viarondon; CART; Centrovias; Colinas; Transbrasiliana; Intervias; Autovias; Tebe; Triângulo do Sol; e Vianorte, abrangendo os anos (com a inclusão dos meses, dias e horas) de concessão (até o ano de 2016), e compreendendo, mas não se limitando às seguintes características: praças de pedágios, localização, sentido da via, tipo de veículos, dentre outros. Solicitamos o envio deste modelo”.*

Ref.: Informações Adicionais Relativas ao Tráfego - Edital, Contrato e Anexos

RESPOSTA DA COMISSÃO: O item não trata de pedido de esclarecimento. Tais informações estão disponíveis para consulta dos interessados, mediante pedido de vistas, no Centro de Documentação da ARTESP – CEDOC.

3º Questionamento: *“Os documentos disponibilizados, no tocante ao Estudo de Viabilidade Técnico Econômico Financeiro, ao tratar do Componente de CAPEX, em especial, na página 45, Subitem 3.1.2 – Collection Control System, estabelece-se que:*

“Assim, calcularam-se o número de cabines necessárias ano-a-ano para cada praça de pedágio.

a. Para as praças de pedágio a serem implantadas, utilizou-se o dimensionamento do Ano 10 como base para a determinação do número de cabines no início da concessão.

b. Para as praças de pedágio já implantadas, fez-se uma checagem para verificar se o número de cabines atual seria suficiente para atender o nível de serviço estipulado. Todas as praças têm capacidade instalada para cumprir os tempos de atendimento nos próximos 10 anos.”

Ocorre que, quando da análise da documentação, não se vislumbra quaisquer informações atinentes ao próprio cálculo de número das cabines de pedágio, o que, conforme disciplinado no subitem acima transcrito, restou efetuado sem o investimento inicial que este dimensionamento pressupõe. Desse modo, solicitamos a esta D. Comissão que indique em qual Item do Edital e/ou de seus Anexos consta referida informação”.

Ref.: Número 7 – Estudo de Viabilidade Técnico Econômico-Financeiro – Componente de CAPEX - Subitem 3.1.2, página 45 - Data Room da Internacional Finance Corporation (IFC)

RESPOSTA DA COMISSÃO: Os estudos e documentos disponibilizados no Data Room não são vinculativos e não integram o Edital. Os parâmetros vinculantes de investimentos e de operação estão estabelecidos nos Anexos V, VI e VII ao Contrato.

4º Questionamento: *O Estudo de Viabilidade Técnico Econômico Financeiro, ao tratar do Componente de CAPEX, especificamente, na página 45, Subitem 3.1.3, determina a exigência de instalação de um “sistema de controle de inspeção”, composto por detectores de altura e por radares fixos, não havendo qualquer dimensionamento mais específico a respeito desses itens, mas sim, e tão somente, o custo total estimado. A esse respeito é preciso se observar que os equipamentos que compõem o referido sistema possuem critérios de distribuição distintos, a saber:*

- *Radares fixos: trechos em que se pretende reduzir a velocidade de trânsito; e*
- *Detectores de altura: estações de pedágio e intersecções a desnível.*

Sendo assim, solicita-se a esta D. Comissão que informe qual o critério objetivo de distribuição deverá ser utilizado e confirme se foi estabelecida alguma quantidade mínima de radares e/ou de detectores de altura e, em caso afirmativo, indicar qual esta seria.

Ref.: Número 7 - Estudo de Viabilidade Técnico Econômico Financeiro – Componente de CAPEX - Subitem 3.1.3, página 45. Data Room da Internacional Finance Corporation (IFC)

RESPOSTA DA COMISSÃO: Os estudos e documentos do Data Room não são vinculativos e não integram o Edital.. De acordo com o Anexo VII, deve ser instalado 01 radar fixo por posta e por sentido a cada 20 km. Portanto, para fins de estimativas referenciais, considerou-se esse critério para orçamento de implantação de radares fixos. Quanto aos detectores de altura, estimou-se que

será instalado 01 equipamento por Posto Geral de Fiscalização (PGF). Desta forma, considerou-se a instalação de 02 detectores no Sistema Existente e 02 no Sistema Remanescente. A reposição dos equipamentos, a cada 10 (dez) anos, está prevista no EVTE.

5º Questionamento: *“O Estudo de Viabilidade Técnico Econômico Financeiro, ao tratar do Componente de CAPEX, especificamente, na página 46, Subitem 3.1.4.4, estabelece-se que: “A quantidade de Painéis de Mensagens Variáveis (PMVs) a serem implantados foi definida no Edital. Ocorre que, quando da leitura e análise do Edital quando de seus Anexos, não se encontra qualquer informação nesse sentido. O que sim se verifica é a existência de informações atinentes ao custo total estimado para o Sistema e eventuais reinvestimentos. No entanto, uma vez que tal informação não é conclusiva e, a depender do tipo de PMV adotado (e se estão ou não inclusas todas as suas estruturas), certamente haverá divergências nas propostas apresentadas pelos Licitantes. Nesse sentido, solicita-se a esta D. Comissão maiores esclarecimentos a respeito da quantidade de Painéis de Mensagens Variáveis a serem implantadas no Sistema ou, caso este entendimento esteja incorreto, solicita-se a esta D. Comissão a informação de em qual Item do Edital e/ou de seus Anexos consta referida informação”.*

Ref.: Número 7 - Estudo de Viabilidade Técnico Econômico Financeiro – Componente de CAPEX - Subitem 3.1.4.4, página 46. Data Room da Internacional Finance Corporation (IFC)

RESPOSTA DA COMISSÃO: Os estudos e documentos do Data Room não são vinculativos e não integram o Edital. As informações sobre PMV constam do item 5.2.5 do Anexo V do Contrato. A quantidade de PMVs a serem instalados, considerada no CAPEX, foi de 4 PMVs fixos no Sistema Existente, 6 PMVs fixos no Sistema Remanescente e 10 PMVs móveis, respeitando o mínimo estabelecido pelo Anexo VII, do Edital (Item 3.3.4.6).

6º Questionamento: *“Quando da análise do referido documento, verificou-se que as condições/informações lá constantes, na verdade, referem-se à Licitação diversa da quanto pretendida, qual seja, a Licitação da Rodovia Centro-Oeste. Está correto nosso entendimento? Caso sim, solicita-se a esta D. Comissão que faça a devida correção do documento ora em comento, passando a expor, assim, as informações atinentes ao objeto da presente Licitação – Rodovia dos Calçados”.*

Ref.: Número 4 – Estudo de Engenharia - Subitem 4.7.1 – Relatório de Inovações, página 1. Data Room da Internacional Finance Corporation (IFC)

RESPOSTA DA COMISSÃO: Os estudos e documentos disponibilizados no Data Room não são vinculativos e não integram o Edital.

7º Questionamento: *“Quando da análise do referido documento, verificou-se que as condições/informações lá constantes, na verdade, referem-se à Licitação diversa da quanto pretendida, qual seja, a Licitação da Rodovia Centro-Oeste. Está correto nosso entendimento? Caso sim, solicita-se a esta D. Comissão que faça a devida correção do documento ora em comento, passando a expor, assim, as informações atinentes ao objeto da presente Licitação – Rodovia dos Calçados”.*

Ref.: Número 4 – Estudo de Engenharia - Subitem 9.1 – Sistema Automático de Pagamento, página 1. Data Room da Internacional Finance Corporation (IFC)

RESPOSTA DA COMISSÃO: Os estudos e documentos disponibilizados no Data Room não são vinculativos e não integram o Edital. Sendo assim, o contrato referente ao Sistema Automático de Pagamento (OSA) em rodovia já concedida foi disponibilizado para fins meramente exemplificativos.

8º Questionamento: *“Quando da análise da documentação disponibilizada, referente ao procedimento licitatório em epígrafe, verificou-se que, até o presente momento, não restaram disponibilizados os seguintes Anexos do Edital, quais sejam: Anexo XXII – Declaração de Compromisso de Contratação de Garantia de Execução; e Anexo XXIII – Manual de Procedimentos, a ser disponibilizado no sítio eletrônico da ARTESP. Assim, solicita-se a esta D. Comissão a imediata disponibilização dos referidos Anexos”.*

Ref.: Anexos XXII e XXIII, do Edital.

RESPOSTA DA COMISSÃO: Vide Aviso de Licitação da Concorrência Pública Internacional nº 05/2016, publicado em 10/03/2017 no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

9º Questionamento: *“Para o completo atendimento a este item, solicita-se a disponibilização aos licitantes de um modelo contendo a redação mínima pertinente para a emissão da garantia proposta”.*

Ref.: Item 11, página 39 do Edital.

RESPOSTA DA COMISSÃO: O modelo constará do Manual de Procedimentos, Anexo XXII do Edital, que será disponibilizado em breve.

10º Questionamento: *“O Edital estabelece, em seu Item 11.1.4. que, para as Licitantes reunidas em consórcio, “o valor mínimo da GARANTIA DE PROPOSTA, nos termos do item 11.1 acima, deverá ser 15% (quinze por cento) superior ao quanto exigido das LICITANTES individuais, ou seja, de no mínimo R\$ 62.976.656,00 (sessenta e dois milhões, novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), data-base de mar/2016”*

(destacado). Ocorre que, considerando-se a realidade do mercado atual, referido valor certamente sofrerá alterações até o momento da apresentação da garantia de proposta. Sendo assim, dadas as modalidades de garantia de proposta passíveis de serem apresentadas pela Licitante interessada, bem como, e conseqüentemente, a necessidade de, antecipadamente, negociar-se junto às instituições financeiras e às companhias seguradoras nesse sentido, solicita-se seja esclarecido como será calculado o reajuste do valor da garantia de proposta, indicado no Edital”.

Ref: Item 11.1.4, página 39, do Edital.

RESPOSTA DA COMISSÃO: O valor da Garantia de Proposta só precisará ser reajustado em caso de renovação, de acordo com o item 11.7.1 do Edital.

11º Questionamento: *“O Edital estabelece, quando da documentação para comprovação da Qualificação Técnica da Licitante, especificamente, em seu Item 13.34, que “Os documentos e atestados deverão ser emitidos por entidades públicas ou particulares, em papel timbrado do declarante, com identificação de seu representante legal e informações para eventual contato por parte da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, e devidamente registrados pelos conselhos que regulamentam o exercício das respectivas profissões.” Ocorre que, considerando-se que, na presente Licitação, poderá haver participação de empresa estrangeira, entende-se que o funcionário da empresa estrangeira interessada que não possuir o CREA, poderá comprovar sua experiência por meio de registro em qualquer órgão correspondente, a depender do país. Está correto este entendimento?”*

Ref: 13.34, página 54, do Edital.

RESPOSTA DA COMISSÃO: Para o Licitante estrangeiro devem ser observadas as regras previstas no item 8.5 do Edital, notadamente a possibilidade de apresentar documentação equivalente no país estrangeiro.

12º Questionamento: *“Quando da análise do Anexo II, da Minuta do Contrato de Concessão, que trata do Sistema Rodoviário, verifica-se que este tem abrangência superior aos trechos de cobertura das praças de pedágio constantes do Item 4.3, do Anexo IV, da Minuta do Contrato de Concessão. Sendo assim, entende-se que com relação aos trechos não cobertos por praças de pedágio, esses compõem parte do Sistema Rodoviário que deverá ser construída e mantida, porém sem que haja cobrança por parte dos usuários desses trechos. Exemplificando, é o que o ocorre no trecho SP 257, Quilômetro 0 ao 19+500. Está correto este entendimento?”*

Ref: Anexo IV – Estrutura Tarifária e Apêndice A ao Anexo IV, Minuta de Contrato de Concessão.

RESPOSTA DA COMISSÃO: O entendimento está correto. É válido o disposto no Anexo IV Estrutura Tarifária e Apêndice A ao Anexo IV do Contrato no que se refere aos TCPs da Concessão.

Publique-se, conforme subitem 4.1.2 do Edital de Concorrência Pública Internacional ARTESP n. 05/2016.

SP, 17 de março 2017.

KATYA MARIA RIVERO MOSCARDO

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Tânia Gomes Lazzarini Oliveira

Andréa Barbosa Paradelo da Gama

Fernanda Góes de Oliveira Dahruj

José Carlos de Moraes Rodrigues Alves

Membros da Comissão Especial de Licitação